

A REFERENCIAÇÃO NA ÓTICA DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Leci Borges Barbisan¹
Telisa Furlanetto Graeff²

barbisan@puers.br
telisagraeff@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo pretende mostrar como a construção dos “referentes”, ou objetos de discurso, pode ser explicada com base numa concepção argumentativa de linguagem que rejeita completamente o aspecto descritivo do sentido, mantém os aspectos subjetivo e intersubjetivo, reunindo-os no que chama de valor argumentativo, isto é, a orientação que o emprego das entidades linguísticas concede ao discurso, tornando possível ou impossível determinadas sequências argumentativas. Trata-se aqui da Teoria da Argumentação na Língua, proposta, em 1983, por Ducrot e Anscombre, e, mais especificamente, da sua versão técnica atual, proposta por Marion Carel em 1992, e desenvolvida juntamente com Ducrot. Destaque-se que, conforme essa perspectiva teórica, o sentido argumentativo vem da relação sintagmática entre entidades da língua, a qual é vista como constitutivamente argumentativa. Quer-se mostrar que todos os “referentes” ou objetos do discurso são sempre abstratos, porque produto da interdependência semântica estabelecida entre dois predicados por meio de um conector do tipo de *donc* (=portanto) ou do tipo de *pourtant* (=mesmo assim). Em vista disso, apresentam-se inicialmente os fundamentos da ADL/TBS e, em seguida, os princípios e conceitos utilizados na análise da referenciação na crônica de Carlos Drummond de Andrade, *Caso de Canário*. Pela análise feita, concluiu-se que o sentido do referente ou objeto de discurso é sempre construído por um encadeamento argumentativo em DC ou em PT, que são unidades semânticas de base, na perspectiva da semântica argumentativa, por isso as únicas capazes de doar sentido.

Palavras-chave: concepção argumentativa de linguagem; encadeamento argumentativo; objeto de discurso; referenciação.

¹ Profa. do PPGL da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

² Ex-professora do PPGL da Universidade de Passo Fundo – UPF.

INTRODUÇÃO

Distinguem-se atualmente os conceitos de referência e de referenciação por corresponderem a concepções diferentes de linguagem. Enquanto o primeiro tem por base uma concepção referencialista de língua, capaz de referir objetos do mundo, o segundo toma a língua como atividade que, envolvendo ações de natureza sociocognitiva e interacional, é capaz de construir objetos de discurso. Nas palavras de Mondada, a noção de *referenciação*, diferentemente da noção de *referência*,

[...] não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores. (Mondada, 2001, apud Koch, In: Koch et al., 2005: 34).

Se a concepção de referência perdura ainda hoje nos estudos lógico-semânticos, a de referenciação viceja nos estudos semânticos-discursivos de base sociocognitivo interacional, como é o caso da Linguística Textual, desenvolvida entre nós. Segundo essa última perspectiva, é no interior das operações de referenciação que os interlocutores elaboram objetos de discurso, i.é., “entidades que não são concebidas como expressões referenciais em relação especular com objetos do mundo ou com sua representação cognitiva, mas entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no fio da sua enunciação.” (Mondada, 2001, apud Koch, In: Koch et al., 2005: 34).

Pretende-se, neste trabalho, mostrar como a construção dos “referentes”, ou objetos de discurso, pode ser explicada com base numa concepção argumentativa de linguagem, que rejeita completamente o aspecto descritivo do sentido, mantém os aspectos subjetivo e intersubjetivo, reunindo-os no que chama de valor argumentativo, isto é, a orientação que o emprego das entidades linguísticas concede ao discurso, tornando possível ou impossível determinadas sequências argumentativas. Trata-se aqui da Teoria da Argumentação da Língua, proposta em 1983 por Ducrot e Anscombre, e, mais especificamente, da sua versão técnica atual, proposta por Marion Carel em 1992, e desenvolvida juntamente com Ducrot. Destaque-se que, conforme essa perspectiva teórica, o sentido argumentativo vem da

relação sintagmática entre entidades da língua, a qual é vista como constitutivamente argumentativa.

Quer-se mostrar que todos os “referentes” ou objetos de discurso têm sempre uma base argumentativa abstrata, porque produto da interdependência semântica estabelecida entre dois predicados por meio de um conector do tipo de *donc* (=portanto) ou do tipo de *pourtant* (=mesmo assim).

Se o valor argumentativo constitui a própria natureza da linguagem, então, para explicar a construção de um objeto de discurso, é necessário entender no discurso o funcionamento da língua. É o que se pretende fazer neste trabalho.

Em vista disso, apresentam-se inicialmente os fundamentos da ADL/TBS e, em seguida, os princípios e conceitos utilizados na análise da referenciação na crônica de Carlos Drummond de Andrade, *Caso de Canário*. Seguem, então, as análises e as considerações finais.

1. FUNDAMENTOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

1.1 RELAÇÃO E VALOR SEGUNDO SAUSSURE

A Teoria da Argumentação na Língua encontra seus fundamentos nos conceitos de *signo, língua, fala, relação e valor linguístico* concebidos por Ferdinand de Saussure. No *Curso de Linguística Geral* (Saussure, 2000) lê-se que o *signo linguístico* é a combinação de um *conceito* e de uma *imagem acústica*, ou seja, de um *significado* e de um *significante*. A *linguagem* tem um lado social, a *língua*, e um lado individual, a *fala*. A *língua* é um conjunto de convenções necessárias, compartilhado pelos indivíduos de uma mesma comunidade para o exercício da *linguagem*, adotado pelo corpo social para permitir o exercício da *linguagem* pelos indivíduos. (2000: 41). É o produto que o indivíduo registra passivamente (2000: 45). A *fala* é um ato individual de emprego da *língua*. A *linguagem* tem, assim, um lado individual, a *fala*, e um lado social, a *língua*. Não se pode conceber um sem o outro.

A *língua* é um sistema de signos, em que tudo consiste em relações. As relações e as diferenças entre signos linguísticos desenvolvem-se em duas esferas

distintas, *associativas* e *sintagmáticas*, geradoras de valores. São relações *associativas, in absentia*, as que fazem parte da *língua*. As relações *sintagmáticas, in praesentia*, encontram-se entre dois ou mais termos presentes na fala.

O *valor linguístico* é constituído por dois signos que se relacionam entre si. Um *signo* é a contrapartida dos outros *signos* da *língua*. Todos os *valores* parecem regidos por um princípio. Eles são sempre constituídos por uma coisa diferente que pode ser trocada por outra; ou por coisas semelhantes que podem ser comparadas com aquela cujo valor está em questão. Esses dois fatores são necessários para a existência de um *valor*. Fazendo parte de um *sistema*, o conteúdo de uma palavra é revestido, não de uma *significação*, mas de um *valor*. O *valor* de qualquer termo é determinado pelo que o rodeia. Os *valores* emanam do *sistema*. Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que os conceitos são puramente diferenciais, definidos não positivamente, mas por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é a de ser o que os outros não são. Esse princípio, explica Saussure (2000), é tão essencial que se aplica a todos os elementos da *língua*. O que os caracteriza não é sua qualidade positiva, mas o fato de que eles não se confundem entre si. Os *fonemas* são, todos, entidades opositivas, relativas e negativas, diferenciais. Então, na *língua* só há diferenças saídas do *sistema*. Mas, continua Saussure, dizer que tudo é negativo na *língua* só é verdadeiro do *significado* e do *significante* do *signo* tomados separadamente. Um *sistema linguístico* é uma série de *diferenças* de sons combinados com uma série de *diferenças* de ideias. Saussure (2000) continua: embora o *significado* e o *significante* sejam, separadamente, só diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo. Então, na *língua*, como em todo sistema semiológico, o que distingue um *signo* é o que o constitui, a *diferença*.

1.2 RELAÇÃO E VALOR, OLHADOS PELA ALTERIDADE CONCEBIDA POR PLATÃO, NA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

No capítulo intitulado *La Sémantique Argumentative peut-elle se réclamer de Saussure?* (A Semântica Argumentativa pode filiar-se a Saussure?), publicado em 2006 no livro *Nouveaux regards sur Saussure*, o então filósofo Oswald Ducrot relata como, ao ler o capítulo sobre o *valor linguístico* do *Curso de Linguística Geral*,

percebeu na teoria saussuriana a presença de Platão, o que o lançou à construção da semântica linguística que constitui sua Teoria da Argumentação na Língua. É verdade que o Curso de *Linguística Geral* não foi escrito por Saussure, mas esse fato não põe em dúvida o que Ducrot percebeu sobre a presença de Platão na teoria saussuriana. Basta olhar com atenção hoje – quando se tem conhecimento de alguns manuscritos do mestre de Genebra, publicados com o título de *Escritos de Linguística Geral* – a seção que tem por título *A dupla essência da linguagem*, para se perceber que Ducrot tinha razão quando, ao ler o capítulo do *valor linguístico*, encontrou no pensamento de Saussure a noção de *alteridade* criada por Platão.

Buscando-se o diálogo *Le sophiste*, de Platão (1993), traduzido por Nestor-Luis Cordero, do grego para o francês, encontram-se algumas afirmações que permitem compreender o que se entende por *alteridade*. Sabendo-se que Saussure define a *língua* como um *sistema de signos*, é possível compreender o que Platão afirma: *tudo o que é real existe porque há um poder de comunicação recíproca*. Explica-se: *o que não produz nenhum efeito, ou que não pode sofrer nenhum efeito, não existe*. Então, os seres são *poderes*. É a dupla *ação-paixão*: agir e sofrer ação. São modos de comunicar que supõem poder de comunicação. Isso não quer dizer que todas as coisas estão em relação com todas. Cada coisa é idêntica a ela mesma, mas é também diferente das outras coisas. O lado “exterior” do limite é a “região do outro”. Eis por que a definição de cada coisa é dupla: cada coisa não é só o que ela é; ela é também diferente do que ela não é.

Ao escrever o *Prefácio* para a publicação do livro *O intervalo semântico*, em 2009, tese de doutorado do brasileiro Carlos Vogt, seu ex-orientando na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, Oswald Ducrot explica:

A oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das ideias. O valor de uma palavra – ou seja, sua realidade linguística – é o que a opõe às outras. Indo mais longe, é a de se opor às outras. Seu ser é ser outro... Para Benveniste, especialmente (...) a língua é, antes de mais nada, o lugar da intersubjetividade, o lugar onde os indivíduos se confrontam, o lugar onde encontro outrem. Ora, outrem, ou não é nada, ou é esse outro constitutivo de que fala Platão, este que me constitui a mim mesmo, porque é somente através dele que posso me ver e é através do seu reconhecimento que posso me conhecer.(...) Então não nos surpreenderemos com o fato de a realidade linguística ser, como viu Saussure, fundamentalmente opositiva, porque uma entidade linguística só se define num diálogo (...). O ato linguístico fundamental será o de impor ao interlocutor tal ou qual tipo de resposta, impedindo simultaneamente tal ou qual outra. O enunciado se definirá então pelas possibilidades de resposta que abre e por aquelas que fecha. E dizer que sua realidade não se localiza

nele, mas fora dele. (...) Se falar é, antes de mais nada, constituir seu próprio pensamento obrigando outrem a nos enviar dele um reflexo, e se a língua tem por função primeira esse jogo de fala, o enunciado nada mais é em si mesmo, não é senão uma alusão a outros enunciados – aqueles pelos quais quer ser continuado, esse futuro discursivo que projeta diante de si essa sombra de si mesmo que é a sua única realidade.(2009: 11-12).

Mas como a Teoria da Argumentação na Língua realiza a *alteridade* de Platão? Diríamos, respondendo, que Ducrot constrói uma Semântica Linguística, que encontra eco na teoria saussuriana. Entende, antes de mais nada, que o sentido se constitui linguisticamente, isto é, pela *relação* entre palavras da *língua*, sem outro apoio que não seja o da própria *língua*. Com esse procedimento, Ducrot chega ao *valor argumentativo*, construído linguisticamente. Já nas conferências proferidas em Cali, na Colômbia, em 1988, publicadas em 1990, pode-se ler, na página 51:

O valor argumentativo de uma palavra é por definição a orientação que essa palavra dá ao discurso. De fato, a meu ver, o emprego de uma palavra torna possível ou impossível certa continuação do discurso, e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades de continuação do discurso que seu emprego determina.(...) Quando digo “Pedro é inteligente”, não poderia continuar meu discurso dizendo “... logo não poderá resolver esse problema”; por outro lado, posso dizer: “Pedro é inteligente, logo poderá resolver esse problema”. Se penso que é incapaz de dar solução a determinado problema, não utilizarei a palavra logo, utilizarei a palavra mas, ou no entanto. Em resumo, o valor argumentativo de uma palavra é o papel que ela pode desempenhar no discurso.

A noção de *valor argumentativo* dá conta dos efeitos subjetivo e intersubjetivo do enunciado. Há, no sentido de um enunciado, indicações subjetivas (atitudes do locutor) e intersubjetivas (a relação entre locutor e interlocutor). A Teoria da Argumentação na Língua rejeita o aspecto *objetivo*, considerando que a linguagem não descreve diretamente a realidade. Ela só o faz pelos aspectos subjetivos e intersubjetivos.

Lemos, então, que as palavras da língua, por alteridade, têm o *poder de se relacionarem* com outras palavras, mas não com qualquer outra. As próprias palavras, em virtude da significação de que são dotadas na *língua*, só orientam para continuações passíveis de fazer *sentido*. Diz Ducrot (1990, p. 51): “Considero o valor argumentativo o nível fundamental da descrição semântica”. Encontra-se aí a relação de sentido entre palavras. É a alteridade concebida por Platão, aplicada à linguagem.

Algumas noções semânticas são necessárias para a compreensão da Teoria da Argumentação na Língua. Retomando os conceitos de *língua* e *fala* saussurianos, Ducrot cria sua terminologia. Denomina *frase* uma entidade teórica que não pode ser observada, nem vista, nem ouvida. É uma construção do linguista, e serve para explicar a infinidade de *enunciados*. O *enunciado* é uma realidade empírica, uma das

possíveis realizações semânticas da *frase*. Só vemos e ouvimos *enunciados*. Se, numa sequência, o primeiro segmento é argumento para o segundo, há um único *enunciado*, portanto, uma única *frase*. Um *enunciado* é constituído por dois segmentos relacionados por conectores do tipo de *portanto* ou de *no entanto*. Se o *enunciado* é a realização de uma *frase*, a *língua* é um conjunto de *frases*.

Há diferença de natureza entre *significação* e *sentido*. O valor semântico da *frase* é a *significação*. O valor semântico do *enunciado* é o *sentido*. A *significação* é um conjunto de *instruções* que permitem interpretar os *enunciados* das *frases*. A *significação* é uma espécie de modo de emprego que diz o que é preciso fazer para encontrar o *sentido do enunciado*. Assim, o sentido do *enunciado* se revela quando se obedece às indicações da *significação*. É desse modo, então, que o *locutor*, ao relacionar *significações* entre palavras da *língua*, fornece *instruções* ao *interlocutor*, para que este, ao responder, dê continuação à *fala* do *locutor* e, assim, a interação aconteça. Percebe-se, desse modo, que produzir linguagem é interagir, servindo-se de palavras da *língua*, compartilhadas, como explica Saussure, entre os membros de uma comunidade de fala. A Teoria da Argumentação na Língua fundamenta-se na afirmação de que a *língua* é um sistema de signos e, porque é sistema, permite que *sentidos* sejam construídos no *discurso* pelas relações possíveis entre *signos/palavras*, chegando, assim, ao *valor argumentativo da linguagem*.

3. A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

A Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida por Carel e Ducrot aprofunda e radicaliza a Teoria da Argumentação na Língua de Ducrot e Anscombre. São desenvolvidos, então, conceitos básicos, propostos pela teoria da Argumentação na Língua, fundamentados na noção de *valor* e *relação* entre palavras. São retomadas e ampliadas as relações em DC (= *donc*, em português, *portanto*) e em PT (= *pourtant*, em português, *no entanto*). São assim construídos oito *aspectos* que se agrupam em dois *blocos semânticos*, *aspectos* aparentados, constituindo *encadeamentos argumentativos*.

Tomem-se, como exemplo, os segmentos A e B, em que A= *ser rico* e B=*ser feliz*. É possível, nessa *relação semântica*, a construção de quatro *aspectos* de um mesmo *bloco semântico*. São eles:

A DC B: ser rico DC ser feliz

A PT neg-B: ser rico PT neg-ser feliz

neg-A PT B: neg-ser rico PT ser feliz

neg-A DC neg-B: neg-ser rico DC neg-ser feliz

Há a possibilidade de outros quatro encadeamentos:

A DC neg-B: ser rico DC neg-ser feliz

A PT B: ser rico PT ser feliz

Neg-A DC B: neg-ser rico DC ser feliz

Neg-A PT Neg-B: neg-ser rico PT neg-ser feliz

Percebe-se, então, que há possibilidade de construção de oito encadeamentos a partir de A e B e que a interdependência semântica entre A e B é a mesma nos oito aspectos dos blocos. Reafirma-se, então, que o sentido é construído por um conjunto de relações entre palavras da língua. O sentido de uma palavra depende da continuação que lhe é dada. As relações argumentativas formais, apresentadas pelo jogo de conectores e da negação, representam relações discursivas, que descrevem, conseqüentemente, a língua pela língua. Não se trata de inferências, nem de raciocínios lógicos, nem de deduções. Os sentidos se constroem pelas *relações semânticas* entre *palavras da língua*, não pela exterioridade. Essa é a proposta da ADL/TBS.

A significação de uma entidade linguística fora do emprego é constituída por um certo número, variável segundo a entidade, de aspectos normativos ou transgressivos. Prefigura, assim, a significação de frases em que a entidade aparece : ela dá os esquemas de encadeamentos que parafrasearão essas frases.

Conforme a TBS (Carel, 2012 : 7-58), a significação de uma entidade linguística é constituída somente por aspectos argumentativos, sendo, assim, inconfrontável com os objetos que se possam perceber ou medir. Vejam-se os sentidos produzidos no bloco semântico da avareza, por exemplo.

<i>avaro</i> ÚTIL PT NEG COMPRA	<i>Gastador</i> NEG ÚTIL PT COMPRA
NEG ÚTIL DC NEG COMPRA <i>econômico</i>	ÚTIL DC COMPRA <i>não avaro</i>

Quadro 1 : BLOCO DA AVAREZA

A significação linguística de uma palavra é formada por duas partes, uma que se chama *argumentação interna* e que é constituída por aspectos isolados, outra que se chama *argumentação externa* e que é constituída por possibilidades alternativas.

Um aspecto argumentativo pertence à AI de uma palavra se, isolado, ele é o único de seu bloco semântico a pertencer à significação da palavra. PERIGO DC NEG FAZ pertence à AI de *prudente*, DIFÍCIL PT COMPREENDE pertence à AI de *inteligente*.

Um aspecto pertence à AE de uma palavra se seu converso ou seu transposto pertencem igualmente à significação da palavra. A alternativa dos dois conversos QUALIDADE DC APRECIA e QUALIDADE PT NEG APRECIA pertence à AE de *indulgente*; a alternativa dos dois transpostos RESPONSÁVEL DC PRUDENTE e NEG RESPONSÁVEL PT PRUDENTE pertence à AE de *prudente*.

4. ANÁLISE DA REFERENCIAÇÃO NA CRÔNICA CASO DE CANÁRIO, PELA ADL/TBS

Como se disse antes, encadeamento argumentativo é definido como uma sequência de dois segmentos que são, de certo modo, dependentes, isto é, produzem sentido somente se estiverem juntos. Carel (2001) exemplifica essa interdependência com o discurso consecutivo *É perto, portanto Pedro pegou a bicicleta*; e com o discurso transgressivo *É perto, mesmo assim Pedro não pegou a bicicleta*. A autora mostra que, nos dois casos, *bicicleta* não pode ser substituída por *meio de locomoção*, nem por *objeto de metal*, nem por *objeto azul*, ou por qualquer outro traço objetivo que pudesse ser associado a um fato a que os encadeamentos de *É perto* fizessem referência. Afirma Carel (2001: 75-76) que o locutor do discurso consecutivo

[...] não conclui a partir desses traços objetivos. Eles são simplesmente constatados. A questão é de percorrer uma distância. É, portanto, somente constatação tudo o que, embora relativo a bicicleta, não é, entretanto, relativo à questão de percurso.

Os locutores dos discursos em foco não descrevem objetivamente a realidade, eles a descrevem subjetivamente. Ao dizer que, tendo de percorrer uma curta distância, Pedro se comportou normalmente, o locutor do encadeamento em DC toma a regra do ponto de vista normativo. Já o locutor do discurso transgressivo argumenta que Pedro não agiu normalmente, que desobedeceu à regra, uma vez que, para percorrer uma distância pequena, ele não quis usar o meio de locomoção que comumente se usa. Nesse caso, *bicicleta* significa *meio de locomoção suficiente para ir perto*. A expressão *É perto* também não é definida objetivamente, em termos de quilometragem. Simplesmente é *uma distância tal que o locutor do discurso consecutivo considera natural que Pedro tenha ido de bicicleta*. Note-se que o locutor do discurso transgressivo demonstra sua estranheza diante da atitude de Pedro. Assim, o sentido de *perto* e de *bicicleta* é constituído no discurso, simultaneamente, numa interdependência da qual se origina o sentido argumentativo.

Antes de se ensaiar uma análise do funcionamento da referenciação na crônica selecionada, com base nesse aparato teórico, lembremos os processos que garantem a continuidade temática e a progressão semântica na perspectiva da Linguística Textual.

Marcuschi, no artigo *Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais* (2000:64), menciona que, numa perspectiva macro, um texto constrói-se e progride semanticamente com base em dois processos gerais: progressão referencial e progressão tópica. Distingue os dois processos, afirmando que a progressão referencial diz respeito “à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às *estratégias de designação de referentes* e formando o que se pode denominar *cadeia referencial*” (2000:64). Já a progressão tópica diz respeito ao(s) assunto(s) ou tópico(s) discursivo(s) tratado(s) ao longo do texto.

É possível acompanhar a progressão tópica do texto pelos sentidos argumentativos que vão assumindo as palavras nos encadeamentos que constituem e que vão se formando no decorrer do discurso. É o que se mostrará a seguir.

A crônica inicia contando que, numa família, havia um genro, recém-casado, e um canário que deveria ser morto. A família escolhe o genro para a realização da tarefa. Leia-se:

“Casara-se havia duas semanas. Por isso, em casa dos sogros, a família resolveu que ele é que daria cabo do canário”.

Já no início, é instalado o bloco semântico expresso na regra “Quanto menos se conhece um bicho, mais fácil tirar-lhe a vida”, a qual é apreendida no aspecto normativo “*conhece há pouco tempo DC não tem dificuldade em tirar a vida*”. A família continua o processo de convencimento, argumentando em torno do aspecto normativo do bloco semântico que relaciona *tempo de convívio* e *afeição*, isto é, *conhece há pouco tempo DC não está afeiçoado*, o qual possibilita outro bloco semântico, que relaciona *não ter afeição* e *facilidade de matar*. Observe-se:

“Nenhum de nós teria coragem de sacrificar o pobrezinho, que nos deu tanta alegria. Você é diferente, ainda não teve tempo de afeiçoar-se ao bichinho”.

O debate segue com a indignação do genro diante da proposta:

“Mas eu também tenho coração, ora essa. Como é que vou matar um pássaro só porque o conheço há menos tempo do que vocês?”

Veja-se que, até aqui, o genro não sabia que o canário tinha uma doença incurável. Sabia, apenas, que a família queria se desfazer do bicho de estimação e que o escolhera pelo fato de ele ser o menos afeiçoado. Daí se indignar diante da argumentação que relaciona *não ser afeiçoado* e *facilidade de tirar a vida*. Ele reage contra o uso do aspecto argumentativo normativo do bloco semântico [*não é afeiçoado DC tem mais facilidade de matar*], invocando-o no aspecto transgressivo [*não é afeiçoado PT não tem mais facilidade de matar*]. Observe-se que, na sua fala, “*Como é que vou matar um pássaro só porque o conheço há menos tempo do que vocês?*”, a palavra *pássaro* não poderia, ainda, ser substituída por *moribundo*, *morto-vivo*, entre outros .

Na sequência do seu diálogo com a família é que o genro fica sabendo que o canário tinha uma doença incurável, que sofria muito, e que a família não aguentava mais vê-lo sofrer. É neste momento que *dar cabo do canário*, *sacrificar o animalzinho* passam a significar *tirar a vida para acabar com o sofrimento*, o que se pode conferir, na continuação do diálogo, pela réplica da família:

“Porque não tem cura, o médico já disse. Pensa que não tentamos tudo? É para ele não sofrer mais e não aumentar o nosso sofrimento. Seja bom; vá”.

E o gênero aceita a argumentação, agora configurada no discurso, que relaciona *tirar a vida para acabar com o sofrimento e realizar um ato de bondade*, expressa no encadeamento argumentativo normativo *tirar a vida para acabar com o sofrimento DC realizar um ato de bondade*, que é a argumentação interna da expressão *obra de misericórdia*, a qual é mencionada a seguir na crônica. Veja-se:

“Com repugnância pela obra de misericórdia que ia praticar, ele aproximou-se da gaiola. O canário nem sequer abriu o olho. Jazia a um canto, arrepiado, morto-vivo. É, esse está mesmo na última lona, e dói ver a lenta agonia de um ser tão gracioso, que viveu para cantar”.

Cumprido destacar que o sentido realizar uma obra de misericórdia para *dar cabo do canário*, que inicia o texto, foi sendo construído ao longo da narrativa, pela instalação de blocos semânticos que são princípios argumentativos, os quais, por sua vez, podem ser apreendidos de forma normativa ou transgressiva. Em nenhum momento, na construção dos sentidos do texto, foram importantes dados de representação objetiva da realidade. Os blocos que foram sendo formados, à medida que se desenvolvia a narrativa, revelam não o sentido que deriva dos conceitos das palavras tomadas isoladamente, mas o sentido produzido pela interdependência existente entre elas, isto é, que essa unidade semântica é capaz de construir.

Analisemos agora a *cadeia referencial* ou o *processo de progressão referencial* instalado com a palavra canário. Há, no texto, doze ocorrências do referente canário. Vejamos, então, os sentidos argumentativos que a palavra assume e que constitui sua argumentação interna ou externa, uma vez que o vínculo entre enunciados e entidades semânticas pode ser tanto interno quanto externo, como se referiu antes.

OCORRÊNCIA 1 [...] *a família resolveu que ele é que daria cabo do **canário***
(1).

O predicado que caracteriza canário no enunciado é estar vivo, e a argumentação é transgressiva [estar vivo PT NEG dever continuar vivo]

OCORRÊNCIA 2 *Nenhum de nós teria a coragem de sacrificar o **pobrezinho*** **(2)**
que nos deu tanta alegria.

O sentido argumentativo transgressivo de *pobrezinho* resulta da relação entre os predicados dar alegria e dever ser sacrificado, ou seja, [deu tanta alegria PT deve ser sacrificado]

OCORRÊNCIA 3 *Você é diferente, ainda não teve tempo de afeiçoar-se ao **bichinho (3)**.*

O predicado que caracteriza o canário aqui é estar há tempo na casa, cuja orientação argumentativa é ter o afeto da família, daí ser chamado de bichinho [bastante tempo de convívio DC afeição]

OCORRÊNCIA 4 *Como é que vou matar um **pássaro (4)** só porque o conheço há menos tempo do que vocês?*

O predicado que caracteriza pássaro é animal desconhecido doente, cuja argumentação no enunciado é normativa [ser desconhecido DC poder matar], na perspectiva da família, e [animal desconhecido doente PT NEG matar], na perspectiva do genro.

OCORRÊNCIA 5 *Com repugnância pela obra de misericórdia que ia praticar, ele aproximou-se da gaiola. O **canário (5)** nem sequer abriu o olho. Jazia a um canto, arrepiado, morto-vivo. É, esse está mesmo na lona [...]*

Nessa ocorrência, muda a argumentação externa do predicado estar vivo, que caracteriza o canário, uma vez que passa a se relacionar com o predicado estar morrendo [estar vivo PT estar morrendo].

OCORRÊNCIA 6 *[...] e dói ver a lenta agonia de um **ser tão gracioso, que viveu para cantar (6)**.*

A descrição do referente nesse trecho opõe uma característica passada [ser gracioso e cantador DC viver] à situação atual [ser gracioso e cantador PT estar morrendo].

OCORRÊNCIA 7 *Embebeu de éter a bolinha de algodão, tirou o **canário (7)** para fora com infinita delicadeza, e aconchegou-o na palma da mão esquerda e, olhando para outro lado, aplicou-lhe a bolinha no bico.*

Essa ocorrência de canário repete a argumentação de canário na ocorrência 5, ou seja, [ser vivo PT estar morrendo], encadeamento argumentativo transgressivo que constrói o sentido de moribundo.

OCORRÊNCIA 8 *Sempre sem olhar para a **vítima (8)**, deu-lhe uma torcida rápida e leve, com dois dedos no pescoço.*

Nessa ocorrência, o canário é chamado de vítima cuja argumentação interna pode ser expressa pelo encadeamento [não dever morrer PT morrer].

OCORRÊNCIA 9 *As pessoas da casa não quiseram aproximar-se do **cadáver** (9).*

O sentido argumentativo dessa ocorrência é a própria argumentação interna de cadáver, isto é, o encadeamento transgressivo [ser com vida em to PT ser sem vida em t1].

OCORRÊNCIA 10 Não havendo jardim para sepultar o **corpo** (10), depositou-o na lata do lixo.

Corpo aqui significa produto da morte, que orienta para a necessidade de ser afastado do convívio, o que é expresso pelo encadeamento argumentativo normativo [ser sem vida DC afastar do convívio das pessoas].

OCORRÊNCIA 11 *Não é que o **canário** (11) tinha ressuscitado*

O sentido argumentativo de canário nessa ocorrência corresponde à passagem do sentido do encadeamento normativo [ser morto em to DC ser morto em t1] para o sentido transgressivo [ser morto em to PT neg-ser morto em t1].

OCORRÊNCIA 12 **Ø** (12) *reluzia vivinho da silva, com uma fome danada?*

Com relação a essa última ocorrência, é importante observar que, mesmo em se tratando de uma elipse de sujeito em frases contíguas, não se tem o mesmo sentido argumentativo, uma vez que o sentido de canário da anáfora zero corresponde ao encadeamento argumentativo [estar vivo DC ter energia e fome].

Analisadas todas as ocorrências do referente canário, pode-se afirmar que, em nenhuma delas, foi feita menção a um objeto do mundo real, concreto. Também o sentido de nenhuma delas resultou da associação a um conceito que estivesse guardado na mente, ou num dicionário da língua. Antes disso, verificou-se que, em cada ocorrência, foi tomado um traço, uma característica, expressa num predicado, que, relacionado a outro no discurso, deu origem a um encadeamento argumentativo, esse sim, responsável pela descrição argumentativa do referente canário. As características tomadas foram, entre outras, ter vida, estar há tempo na família, alegrar a família, merecer viver, estar morto, o que leva a afirmar que o referente é

construído discursivamente, linguisticamente, subjetiva e intersubjetivamente, fundado na inter-relação semântica de dois predicados, sem qualquer necessidade de apoio no mundo real ou apenas mentalmente construído.

5. A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Acreditamos ter podido explicar a base linguística para a construção do referente no discurso bem como para suas transformações, tão bem expressas por Mondada no trecho que segue:

O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como pelo fato de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente. (Mondada, 2001, apud Koch, In: Koch et al., 2005:34).

Mostrou-se que o sentido do referente ou objeto de discurso está sempre fundado em um encadeamento argumentativo em DC ou em PT, que são unidades argumentativas de base, na perspectiva da semântica argumentativa, por isso as únicas capazes de doar sentido. Isso fica claro na interdependência semântica dos predicados [tirar a vida para acabar com o sofrimento DC realizar um ato de bondade]. Contudo, a expressão do sentido por meio de um predicado argumentativo, fruto da relação argumentativa estabelecida entre dois predicados ligados por DC ou PT, é um fenômeno linguístico geral, que se verifica mesmo nos casos em que o objeto de discurso ou referente se manifesta por um substantivo concreto, como se mostrou na análise.

A aplicação da Teoria da Argumentação na Língua na análise de *O caso do canário* está mostrando que as diferentes formas de relação entre palavras da *língua*, exprimem o *sentido*, linguisticamente. Vê-se, então, que a relação semântico-argumentativa estabelecida entre as escolhas feitas pelo *locutor* no sistema de *signos* que é a *língua* expressa *sentidos* que, ao mesmo tempo, dão *instruções* ao *interlocutor* para que, ao ler, ou ao ouvir o *discurso* produzido pelas palavras escolhidas pelo *locutor*, perceba os *sentidos* construídos, habilitando-se, desse modo, a responder. Chega-se, assim, ao que diz Ducrot, na página 14 da Apresentação da série de conferências publicadas pela Universidad del Valle, em Cali, na Colômbia, em 1990. Diz Ducrot: “ [...] até mesmo se, ao falar, cremos dizer o que são as coisas, na

realidade nos contentamos com pô-las a serviço de nossas argumentações. Falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade.” É possível entender-se, com essa afirmação de Ducrot, que a apreensão da realidade se realiza pelas palavras, que, relacionadas, produzem os *sentidos*. Então, o que o *locutor* diz não é a realidade, mas a *apreensão argumentativa* que faz da realidade. Essa apreensão que o locutor expressa linguisticamente, e que faz chegar ao *interlocutor*, é a *instrução*. E essa *instrução*, de natureza linguística, é que deve permitir a *interação*. É esse o objetivo primeiro da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CAREL, Marion. Introduction. In: _____. (Org.) *Argumentation et polyphonie: de Saint Augustin à Robbe-Grillet*. Paris: L’Harmattan, 2012. p.7-58.
2. CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa; una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Edición de Maria Marta García Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.
3. CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.
4. DUCROT. Oswald. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
5. _____. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990.
6. _____. La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure ? In *Nouveaux regards sur Saussure*. Genève: Droz, 2006.
7. KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
8. _____. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
9. _____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça et al. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p.33-52
10. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Revista do GELNE*, v.2, n.2, p.55-65, 2000.
11. MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al.(Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.17-52.

12. PLATÃO. *Le Sophiste*. Trad. Nestor-Luís Cordero. Paris: GF – Flammarion, 1993.
13. SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Édition critique de Tullio de Mauro. Paris : Payot, 2000.
14. _____. *Écrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 2002.

ANEXO

CRÔNICA *CASO DE CANÁRIO*, DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Casara-se havia duas semanas. Por isso, em casa dos sogros, a família resolveu que ele é que daria cabo do **canário (1)**.

-Você compreende. Nenhum de nós teria a coragem de sacrificar o **pobrezinho (2)** que nos deu tanta alegria. Todos somos muito ligados a ele, seria uma barbaridade. Você é diferente, ainda não teve tempo de afeiçoar-se ao **bichinho (3)**. Vai ver que nem reparou nele, durante o noivado.

- Mas eu também tenho coração, ora essa. Como é que vou matar um **pássaro (4)** só porque o conheço há menos tempo do que vocês?

- Porque não tem cura, o médico já disse. Pensa que não tentamos tudo? É para ele não sofrer mais e não aumentar o nosso sofrimento. Seja bom; vá.

O sogro, a sogra apelaram no mesmo tom. Os olhos claros de sua mulher pediram-lhe com doçura:

- Vai, meu bem.

Com repugnância pela obra de misericórdia que ia praticar, ele aproximou-se da gaiola. O **canário (5)** nem sequer abriu o olho. Jazia a um canto, arrepiado, morto-vivo. É, esse está mesmo na lona, e dói ver a lenta agonia de um **ser tão gracioso, que viveu para cantar (6)**.

- Primeiro me tragam um vidro de éter, e algodão. Assim ele não sentirá o horror da coisa.

Embebeu de éter a bolinha de algodão, tirou o **canário (7)** para fora com infinita delicadeza, e aconchegou-o na palma da mão esquerda e, olhando para outro lado, aplicou-lhe a bolinha no bico. Sempre sem olhar para a **vítima (8)**, deu-lhe uma torcida rápida e leve, com dois dedos no pescoço.

E saiu para a rua, pequenino por dentro, angustiada, achando a condição humana uma droga. As pessoas da casa não quiseram aproximar-se do **cadáver (9)**. Coube à

cozinheira recolher a gaiola, para que sua vista não despertasse saudade e remorso em ninguém. Não havendo jardim para sepultar o **corpo (10)**, depositou-o na lata do lixo.

Chegou a hora de jantar, mas quem é que tinha fome naquela casa enlutada? O sacrificador, esse, ficara rodando por aí, e seu desejo seria não voltar para casa nem para dentro de si mesmo.

No dia seguinte, pela manhã, a cozinheira foi ajeitar a lata de lixo, para o caminhão, e recebeu uma bicada voraz no dedo. - Ui!

Não é que o **canário (11)** tinha ressuscitado, perdão, **Ø (12)** reluzia vivinho da silva, com uma fome danada?

- Ele estava precisando mesmo era de éter, concluiu o estrangulador, que se sentiu ressuscitar por sua vez.

ABSTRACT: The article aims to show how the construction of the referents, or discourse objects, can be explained based on the argumentative conception of language. This conception completely rejects the descriptive aspect of meaning, keeping the subjective and inter-subjective aspects, bringing them together in what it calls argumentative value, i.e. the orientation that the use of linguistic entities gives the speech, making possible or impossible certain argumentative sequences. This is about the Theory of Argumentation Within Language, proposed in 1983 by Ducrot and Anscombe, and more specifically, its current technical version proposed by Marion Carel in 1992, and developed along with Ducrot. It is noteworthy that, according to this theoretical perspective, the argumentative meaning comes from the syntagmatic relation between language entities, which is seen as constitutively argumentative. It is intended to show that all referents or discourse objects are always abstract, because the product of the semantics interdependence established between two predicates by means of a connector of the type *donc* (= so) or the type *pourtant* (=however). In light of this, we present first the fundamentals of ADL/TBS and then the principles and concepts used in the analysis of the referentiation in the chronicle by Carlos Drummond de Andrade, *Caso de Canário*. For the analysis done, it was concluded that the meaning of the referent or discourse object is always built by an argumentative sequence in DC or PT, which are basic semantic units according to the argumentative semantics, therefore the only ones capable of giving meaning.

Keywords: Argumentative conception of language; argumentative sequence; discourse object; referentiation.